

# O Congresso reage e quer funcionar

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

O líder do PFL na Câmara e na Constituinte, José Lourenço, cumprimentou ontem o vice-líder do PMDB no Senado, Fábio Lucena (AM), pelas suas declarações a favor do funcionamento do Poder Legislativo ordinário, em horário não coincidente com os trabalhos da Assembleia Constituinte. Segundo o senador amazonense, Ulysses Guimarães só poderá impedir as sessões do Senado "se requisitar tropas do Exército".

O secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz (MS), apontando o movimento do líder do seu partido pelo reinício dos trabalhos da Câmara a partir de segunda-feira, apesar da oposição de Ulysses Guimarães e das esquerdas, comentou: "O Congresso e a Constituinte deveriam estar funcionando desde hoje (ontem). Ninguém entendeu esse 'recesso de carnaval', que mantém inativas até segunda-feira a Constituinte, o Senado e a Câmara".

José Lourenço e Saulo Queiroz foram inexplicáveis a inatividade da Câmara e do Senado a partir do dia 9, como deseja Ulysses Guimarães. "Não há nenhum texto determinando que durante o funcionamento da Assembleia Constituinte a Câmara e

o Senado deveriam entrar em recesso" — disse Saulo Queiroz.

O líder José Lourenço confirmou o que havia dito no Jornal da Tarde na terça-feira: "Vamos forçar a reabertura da Câmara a partir de segunda-feira". Afirmou ainda que, "com todo o respeito a Ulysses Guimarães", o presidente do PMDB não pode sobrepor-se à Constituição. Lourenço elogiou ontem a reação do Senado, que, não aceitando as restrições do presidente do PMDB, convocou sessão para segunda-feira, no final da tarde, para discutir e votar projeto de resolução adotando normas regimentais para o seu funcionamento, em horário que não coincida com os trabalhos da Constituinte.

Há informações de que Ulysses Guimarães aceitará a realização de uma ou duas sessões por semana da Câmara e do Senado. O que ele não desejaria é a organização das comissões técnicas das duas Casas, sob a alegação de que seria o caos o funcionamento das comissões da Constituinte, da Câmara e do Senado.

No Senado, porém, a reforma regimental a ser votada segunda-feira prevê a organização das suas comissões técnicas, mas sem funcionamento regular. Os pareceres a projetos seriam proferidos pelos respectivos relatores em plenário, oralmente.

Somente em projetos relevantes as comissões poderiam ser acionadas para, no prazo de 24 horas, emitir pareceres.

Esta posição do Senado poderá ser adotada pela Câmara, na opinião dos líderes do PFL, José Lourenço e Saulo Queiroz, admitem a realização de uma ou duas sessões por semana da Câmara, mas não admitem a inatividade absoluta do Poder Legislativo ordinário, como pretendem as esquerdas do PMDB e os partidos ideológicos — PDT, PCB, PT, PC do B e do PSB.

Com o apoio do PDS, do PTB e, possivelmente, do PL, o PFL deverá fazer gestões até segunda-feira, até com membros da Mesa da Câmara, para abrir a sessão na segunda-feira, apesar das reações contrárias de Ulysses Guimarães. O presidente do PMDB quer que a Câmara e o Senado esperem a votação do regimento interno da Constituinte — que deverá regular a questão — para depois cada Casa adaptar os respectivos regimentos internos.

Se o problema do funcionamento da Câmara e do Senado até a promulgação da nova Constituição não for ajustado, não haverá condições para acordo entre as lideranças na votação do projeto de regimento interno da Constituinte — asseguraram José Lourenço e Saulo Queiroz.



José Lourenço e Amaral Neto põem mais lenha no debate do funcionamento do Congresso

## Chega de 'cinismo', diz Amaral

O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto (RJ), classificou ontem de "cinismo" o fato de parlamentares eleitos como deputados e senadores se proclamarem agora somente "constituintes" e se oporem ao funcionamento do Congresso Nacional. "Todos esses que se declaram apenas constituintes — disse — estão desafiados a inscrever-se à Mesa da Assembleia Nacional documento dizendo que, uma vez promulgada a futura Constituição, estarão também eximidos os seus mandatos. Essa seria a atitude correta, pois eles entendem que o povo não os elegeu para serem também, e desde já, deputados e senadores".

Amaral Neto disse que fará tudo para que a Câmara siga o exemplo do Senado, "realizando pelo menos duas sessões por semana".

Se o Congresso não funcionar — assinalou — se permanecer apenas esse pinga-fogo da Constituinte, vamos ficar desmoralizados. O governo continua baixando decretos-leis, a situação do País é grave, o povo está passando fome. Ninguém vai entender que não se discutam aqui os problemas atuais.

O deputado citou, como exemplo, o decreto-lei que, em julho de 1986, instituiu o empréstimo compulsório sobre combustíveis, dólar para viagens e compra de automóveis. Lembrou ter o ministro da Fazenda, na época, justificado a medida com a necessidade de conter o excesso de

consumo, e garantido "o estancamento, de vez, da espiral inflacionária, o fim da especulação da esfera financeira, o congelamento de preços e a expansão dos níveis de salário real".

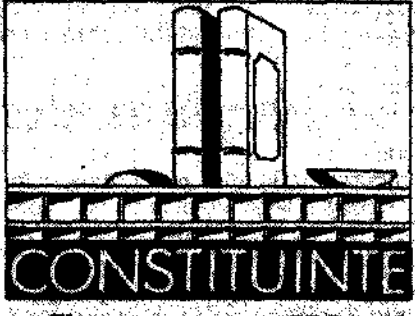
"Tudo isso não existe mais", disse o líder pedessista. "A inflação está aí de volta, a especulação também, o congelamento acabou e os salários estão achatados. Não há mais razão, portanto, para a cobrança do empréstimo. Mas o decreto-lei continua em vigor. E preciso que o Congresso Nacional se redna para derrubá-lo. Essa é uma função do Congresso, não da Constituinte."

Ele assegurou que o PDS "está maciçamente a favor do funcionamento simultâneo do Congresso e da Constituinte" e distribuiu aos repórteres cópia de documento assinado, no dia 10 de fevereiro, por 31 dos 37 deputados e senadores do partido, assumindo posição nesse sentido.

Amaral Neto pretendeu com isso contestar a declaração do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MO), publicada em alguns jornais, segundo a qual 14 ou 15 pedessistas estariam a favor da tese da "soberania". Sem mencionar o nome do deputado, o líder do PDS condenou os que, para combater o governo Sarney, "se aliam até aos radicais da esquerda" — que são os defensores da tese da Constituinte exclusiva. "Há uma oposição ao governo e uma oposição ao regime", disse. "Essa oposição ao governo. Não quero que o mandato de ninguém. Para mim, o mandato presidencial deve ser de quatro anos."

Quanto à proposta de regimento, Amaral Neto reiterou não ser contra apenas ao que está previsto no parágrafo 7º do Artigo nº7 (o que permitiria à Constituinte aprovar "projetos de decisão" sobre "matéria de relevância"). E contra mais cinco ou seis pontos. Para Amaral, a produção do quórum para pedidos de verificação de votação, de 56 para as constituintes, "deixou o PDS até em má situação, porque entre os principais partidos, de oposição, somados, não alcança esse número".

No final, Amaral Neto advertiu que se não houver acordo em torno desses pontos do regimento, o PDS tem condições de fazer com que a votação "se arraste pelo menos por 25 ou 30 dias, fazendo votar todos os pedidos de destaque, não são mais de cem".



## Calmon exige mais trabalho

O senador João Calmon (FMDB-ES) enviou carta-relatório ao presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, defendendo um ritmo mais intenso de trabalho para a Assembleia. Lembrou que a Constituinte vem sendo atacada por vários grupos de comunicação e que, ao reduzir o número de sessões, previsto,

no projeto de Regimento Interno, estaria fornecendo não apenas um pretexto, mas motivo para novas acusações.

O senador capixaba insistiu junto a Ulysses Guimarães para aprovação de emenda de sua autoria, não aceita pelo relator Fernando Henrique Cardoso, estabelecendo sessões às segundas-feiras, das 16 horas às 20h30, e aos sábados, das 9h00 às 14 horas. Pelo projeto de regimento, a Constituinte só se reuniria de terças a quintas-feiras, à tarde. E, às sextas-feiras, pela manhã "para dar tempo aos constituintes de viajarem à tarde", segundo Calmon.

Calmon afirmou que o projeto de regimento interno da Câmara e do Senado até a promulgação da nova Constituição não for ajustado, não haverá condições para acordo entre as lideranças na votação do projeto de regimento interno da Constituinte — asseguraram José Lourenço e Saulo Queiroz.

## PFL cobra fidelidade ao Planalto

**PLANALTO**  
**FLAMARION MOSSERI**

Líderes e dirigentes do PFL reafirmaram ontem a disposição do presidente Sarney de saber com quem e com quantos integrantes da Aliança Democrática o governo pode contar nas decisões da Assembleia Constituinte. O líder José Lourenço, pragmático, disse que é preciso acabar com a fase de o PMDB conseguir nomeações e nas votações contrariar o Planalto. "Se o governo anular uma nomeação, para dar o exemplo, os outros acabam se enquadrando", observou o deputado da Bahia.

Para o secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz, o partido vai fiscalizar cada voto do PMDB em cada votação — na Constituinte e, eventualmente, na Câmara e no Senado. "Os que não acompanharem a orientação do governo não merecem desfrutar das regalias do governo" — comentou o dirigente liberal.

Lourenço e Queiroz revelaram que o presidente Sarney, ao avisar dirigentes da Aliança Democrática que não quer mais ser surpreendido em questões políticas, fazendo questão de ser informado e de opinar, deixou claro seu objetivo: saber quem está com ele e quem não está com ele.

Na questão do funcionamento da Câmara e do Senado durante o funcionamento da Constituinte, por exemplo, o PFL acredita que terá apoio suficiente de outras bancadas, inclusive de boa parte do PMDB, pa-

ra evitar a inatividade "pretendida pelas esquerdas e por Ulysses Guimarães". O líder e o secretário-geral liberais acreditam em acordo, reservando-se um ou dois dias por semana para o funcionamento da Câmara e do Senado.

**DO LADO DO GOVERNO**

O governo, o PFL, o PDS e o PTB não aceitam, também, a proposta de permitir a participação popular na elaboração da Constituição. Há emenda inscrita por Mário Covas (PMDB), Flávio de Arruda Sampaio (PT) e Brandão Monteiro (PDT) permitindo a apresentação de emenda à nova Constituição, por um grupo de 30 mil eleitores, pelo menos. Há informações de que o Planalto não gostou nem um pouco da ideia, acolhida no substitutivo pelo relator Fernando Henrique Cardoso.

Há o recelo de os subscritores da emenda fazerem pressão sobre os constituintes, se não for acolhida. Essa pressão seria uma "marcha" dos "constituintes populares" em direção à Constituinte e ao Planalto, por exemplo. "Haveria reação, pois o governo não admitirá baderna" — declarou José Lourenço.

O presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, por sinal, recentemente discutiu com o senador paulista Mário Covas sobre a emenda. Ulysses não gostou da iniciativa e criticou Mário Covas, que contestou: "A emenda traduz o programa do nosso partido".

Outro ponto polêmico são os poderes excessivos da Comissão de Sistematização. O PFL quer que o parecer da comissão, a favor ou contra qualquer proposição, seja principalmente os chamados "projetos de decisão" — seja submetida ao plenário, para decisão final, com o voto da maioria absoluta (280).

O PFL não aceita, também, decisões das comissões de Constituinte por maioria simples. O PMDB terá maioria em todas elas. Se no plenário a decisão terá de ser pelo voto da maioria absoluta, com o caso a emenda que convocou a Constituinte, nas comissões esse quórum será de ser seguido" — afirmou José Lourenço, acrescentando: "Disso, não abrimos mão".

Finalmente o PFL não concorda com a emenda que prevê a realização de plebiscito ainda na fase de votação do projeto da nova Constituição. O líder do PFL sugeriu uma modificação: plebiscito só após a promulgação da nova Constituição. Se o povo rejeitar a Carta, os mandatos seriam extintos e convocada nova eleição para outra Assembleia Constituinte.

Os dirigentes do PFL afirmam que a posição do partido está de acordo com a posição do governo: "Vamos ver, nós e o Planalto, quem apóia o presidente, quem não apoiar, vamos cobrar responsabilidades" — disseram.

## Covas perde secretaria na disputa com Almino

**CARLOS ALBERTO BALISTA**

O senador Mário Covas abriu mão da Secretaria de Transportes do governo do Estado — cujo controle disputava com o vice-governador Almino Afonso — nas quer idências das Secretarias de Abastecimento e Negócios Metropolitanos. O acordo pode sair hoje de manhã, superando o que o governador eleito Orestes Quércia considerava o maior empecilho para a formação de seu primeiro escalão de assessores. Se houver entendimento, como esperava ontem um colaborador muito próximo de Quércia, é possível que o anúncio de todo o secretariado seja feito amanhã, "trazendo surpresas, nomes que não haviam sido previstas pela imprensa", revelou ele.

Quércia e Covas se encontraram na sexta-feira à noite, contou um assessor do senador. Na ocasião, o governador eleito demonstrou "espírito conciliador" e reafirmou ser impossível entregar uma Pasta a dois pretendentes. Observou também que não pretendia "tomar uma posição de força", mas se um dos pretendentes não abdicasse das pretensões "o governador indicaria o ponto final".

Mais uma vez, informam colaboradores de Quércia, "o senador cedeu mas devolveu a provocação ao vice". Para as mesmas fontes, Almino "invadiu" uma área tradicionalmente ligada a Covas (Transportes) para diminuir o caudal eleitoral do senador, quando ambos entraram em confronto pela sucessão estadual. Asseguraram, ainda, que o vice "bateu pé" na reivindicação.

Covas — atendendo aos apelos de que é "um homem de partido" — recuou, evitando a possível explosão de uma crise interna entre os "cardais" do PMDB. Porém deseja a Secretaria dos Negócios Metropolitanos, que Almino ocupou durante o governo Montoro e onde sempre

atuou. Inclusive o nome que o vice deve apresentar para Transportes é o de Walter Nory, atual responsável pela Companhia do Metrô que, por sua vez, é subordinada à Secretaria dos Negócios Metropolitanos.

Sectores ligados a Covas entendem que, do ponto de vista político, as duas secretarias que o senador receberá são equivalentes à de Transportes, mas evitam "dar notas" sobre a importância das Pastas. Acrescentam que "ninguém reivindicava nada, porque não somos donos de nada: o governador consultou sobre a composição do secretariado e ele decidiu". Membros do grupo faziam questão de frisar que não houve disputa com Almino, "ainda mais acirrada, como foi noticiado". Se quer considerarmos o episódio encerrado: "Ele nunca começou".

O colaborador de Quércia, porém, considerava o assunto ainda delicado e preferiu declarar que "ele está caminhando para a composição, mas não posso assegurar que o quadro é definitivo". Até porque não consegue conversar com Almino Afonso desde o final da semana. Na ocasião, o governador eleito e assessora concluíram que o impasse na Secretaria dos Transportes era a principal dificuldade que enfrentavam para a formação final do secretariado, pois atingia o interior do PMDB.

Aliviado, o colaborador artífice, vai ontem que "todo secretariado já está na cabeça do governador". Para a mesma fonte, não existe qualquer ponto de atrito entre Quércia e os sectores do PMDB que participaram do governo — diretório, deputados etc. —, já que todos foram aquinhoados. "Os secretários definidos são muito bons e a tendência é melhorar daqui para a frente", assegurou, eufórico, prevendo para amanhã o anúncio.

## Artur quer acumular dois cargos

O deputado federal Ulysses Guimarães, do PMDB, já tem um rival na Assembleia Legislativa de São Paulo: o deputado estadual Artur Alvim Pinto, do PFL, que também quer ser tudo, como ele. Artur, que foi reeleito e que já é o vice-prefeito Jânio Quadros, também quer continuar na segunda secretaria da futura mesa da Assembleia.

Contudo, mesmo que esse cargo até já tenha sido negociado pelo governador eleito com o PFL, Artur só conseguirá sua reeleição se o compacker de marca na Assembleia do dia 14, quando será escolhida a nova mesa da Legislativa. Caso contrário, terá que assumir a Prefeitura de São Paulo, no lugar do prefeito Jânio Quadros, que estará viajando. Foi exatamente para evitar essa situação que Artur enviou também um pedido de licença à Câmara Municipal, "para viajar".

De acordo com o artigo 1º, item I, letra "E", e item II, letra "C", da Constituição do Estado, o deputado não pode, "desde a expedição do diploma", aceitar qualquer cargo ou função "na administração". E vedado ainda o exercício de "outro mandato eletivo federal, estadual ou municipal". E a pena para esta infração é a perda do mandato, com o disposto do art. 10, item I.

A saída seria comparecer à posse e à eleição da futura mesa da mesa, comprovando alguns dados, ou usando um artifício equivalente. Mesmo porque o PTB, a segunda bancada da Assembleia e a quem caberia a segunda secretaria da mesa, se fosse observado o princípio constitucional da proporcionalidade, está disposto a recorrer ao Judiciário, na hipótese de qualquer irregularidade.